

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 38/2011
Período: 19/11/2011 – 25/11/2011
GEDES – Brasil

- 1- Lei de Acesso a Informações Públicas e Comissão da Verdade I: Dilma Rousseff sanciona as duas leis
- 2- Lei de Acesso a Informações Públicas e Comissão da Verdade II: repercussões da sanção das leis
- 3- Coluna opinativa analisa necessidade de definição do papel das Forças Armadas na segurança pública
- 4- Folhaleaks divulga documentos da Força Aérea Brasileira
- 5- Documento reservado produzido pelos comandos militares revela situação precária das Forças Armadas
- 6- TRF prescreve possíveis crimes de tortura ocorridos no regime militar
- 7- Plano Estratégico de Fronteiras não mostra avanços
- 8- Desvio de materiais do almoxarifado do Ministério da Defesa chega a R\$ 4,5 milhões
- 9- Embraer pode fechar acordo com Força Aérea estadunidense

1- Lei de Acesso a Informações Públicas e Comissão da Verdade I: Dilma Rousseff sanciona as duas leis

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* a presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou no dia 18/11/11 a Lei de Acesso a Informações Públicas e a lei que institui a Comissão da Verdade. No que concerne à primeira, ela prevê que arquivos produzidos no âmbito estatal disponham, no máximo, de 50 anos sob restrição. Os prazos para manutenção do sigilo variam de acordo com a classificação do documento: os denominados “reservados” terão cinco anos sob segredo, os “secretos”, 15 anos, e os “ultrasecretos”, contarão com 25 anos de sigilo prorrogáveis pelo mesmo período. Os organismos públicos irão dispor de 20 dias para responder às solicitações de acesso à informação. Segundo a *Folha*, a previsão é que esta lei entre em vigor no prazo de seis meses. Quanto à lei que cria a Comissão da Verdade, seu objetivo é que o referido órgão examine as violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, período que abarca o regime militar (1964-1985). No entanto, a Comissão não terá poder judicial, ou seja, não disporá de capacidade para punir os agentes violadores. Segundo a *Folha*, a lei entrou em vigor dia 19/11/11, entretanto, a formação desse organismo está sem prazo definido, tendo em vista que ainda não foram nomeados seus sete integrantes. O periódico *O Estado de S. Paulo* apontou que antes da cerimônia oficial para sanção das leis, houve um desentendimento quanto aos discursos que seriam proferidos no evento. Celso Amorim, ministro da Defesa, opinou que seria melhor que os familiares de presos políticos não discursassem na solenidade, devido ao mal estar que poderiam gerar entre os militares; ao contrário da ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que se mostrou favorável ao discurso dos familiares das vítimas do regime militar. Ao final, Rousseff determinou que apenas o ministro da Justiça e o presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos discursariam. De acordo com a presidente da República, a aprovação das leis é “um

momento histórico”, um passo essencial para a transparência, verdade, e democracia brasileira. (Folha de São Paulo - Poder - 19/11/11; O Estado de S. Paulo - Nacional - 19/11/11)

2- Lei de Acesso a Informações Públicas e Comissão da Verdade II: repercussões da sanção das leis

De acordo com coluna opinativa do jornalista Fernando Rodrigues ao periódico *Folha de S. Paulo*, a aprovação da Lei de Acesso a Informações Públicas e da lei que institui a Comissão da Verdade foi essencial para o país. Segundo Rodrigues, o Brasil é o 89º país a dispor de uma lei que visa facilitar o acesso a informações públicas, fato que é visto pelo jornalista como positivo. Outro elogio ao Brasil, conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi feito por Navi Pillay, alta comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Pillay congratulou o país pela aprovação das referidas leis e solicitou a revogação da Lei da Anistia de 1979, bem como a realização de medidas complementares que auxiliem o julgamento dos responsáveis pelas violações dos direitos humanos. Em entrevista ao *Estado*, João Vicente Goulart, filho do ex-presidente da República João Goulart (1961-1964), afirmou que a Comissão da Verdade representa uma vitória da democracia e poderá esclarecer algumas lacunas da história nacional. Segundo o *Estado*, Goulart mostrou-se honrado com a sugestão do seu nome para compor a Comissão, contudo, acredita que existam outras pessoas que devam integrá-la. Quando questionado sobre a possibilidade do organismo investigar a morte de seu pai, Goulart respondeu que este é um assunto da alçada da Justiça brasileira e não da Comissão da Verdade. Em contrapartida, segundo o *Estado*, a psicóloga Vera Paiva, filha do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido em 1971 durante o regime militar (1964-1985), reprovou a decisão do governo federal em não autorizar pronunciamentos de parentes de vítimas do regime durante a cerimônia de sanção das leis. Na visão de Paiva, tanto um familiar, quanto um militar, ou representantes de algum desses grupos, deveriam expor seus pensamentos acerca dos mecanismos criados. Ademais, em artigo para a *Folha*, Paiva ressaltou que autonomia e um grande apoio são necessários para que a memória e a verdade venham à tona; indicando ser fundamental combater a impunidade daqueles que se envolveram em casos de violação dos direitos humanos. Em resposta, o governo emitiu uma nota e destacou que escalou “um representante da sociedade civil - o presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Marco Antonio Barbosa - e um ministro de área relativa aos temas - o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo”. Além disso, ressaltou que os diferentes grupos debatedores sobre a Comissão foram contemplados em seus interesses, através de oradores selecionados pelo governo. (Folha de S. Paulo - Opinião - 19/11/11; Folha de S. Paulo - Opinião - 24/11/11; O Estado de S. Paulo - Nacional - 19/11/11; O Estado de S. Paulo - Nacional - 22/11/11)

3- Coluna opinativa analisa necessidade de definição do papel das Forças Armadas na segurança pública

Janio de Freitas, colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, analisou a atuação das Forças Armadas na segurança pública, especialmente a recusa do Exército brasileiro em se envolver nas operações de ocupação das favelas cariocas da Rocinha, do Vidigal e Chácara do Céu, e o desejo da Força de se retirar do

Complexo do Alemão, sob o pretexto de que tal ação é um “ato de boa vontade especial”, e não uma responsabilidade constitucional. Sob tal alegação, o colunista da *Folha* apresentou os contra-argumentos, destacando que o Exército brasileiro é preparado e capaz de atuar em qualquer tipo de ação terrestre e que por diversas vezes as Forças Armadas realizaram “ações policiais”, como na repressão de movimentos sem-terra e de manifestações da sociedade civil. O colunista realçou também a semelhança entre a operação dos militares brasileiros no Haiti, da qual as Forças Armadas se orgulham, e as operações de ocupação dos morros cariocas, o que viabilizaria a presença da Força em questões de interesse interno. Além disso, de acordo com Freitas, foi por pressões do Exército que o texto da Constituição de 1988 retrata a responsabilidade das Forças Armadas na garantia da ordem interna. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/11/11)

4- Folhaleaks divulga documentos da Força Aérea Brasileira

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, documentos arquivados pelo Folhaleaks, canal da *Folha* responsável por coletar e divulgar informações de interesse público, revelam que comandantes do alto escalão da Força Aérea Brasileira (FAB) aconselharam seus subordinados a manterem bons relacionamentos com funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão encarregado de fiscalizar os gastos públicos. Segundo o periódico, esses documentos datam de 2009, possuem a assinatura de tenentes-brigadeiros, patente mais elevada da Aeronáutica, e ainda listam contatos de secretários do TCU de todo o país. O objetivo seria construir “laços profissionais e amistosos” entre militares e funcionários do Tribunal para que as ações de fiscalização ocorressem de forma harmoniosa. Em resposta ao que foi divulgado, a FAB confirmou as informações, reforçando, contudo, que tais orientações não comprometem o profissionalismo das atividades. (Folha de S. Paulo – Poder – 21/11/11)

5- Documento reservado produzido pelos comandos militares revela situação precária das Forças Armadas

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, os comandos militares, através da formulação de um texto confidencial destinado à presidente da República, Dilma Rousseff, alertaram sobre o estado de penúria dos aparelhos das Forças Armadas. Ao analisarem esse cenário, os militares vêem as chances brasileiras de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) esvaírem-se. O apoio às missões vinculadas à ONU também pode diminuir devido a esse quadro. O levantamento feito pelas Forças Armadas, que o *Estado* conseguiu ter acesso, aponta inúmeros casos de equipamentos em desuso por desgaste e/ou ultrapassados tecnologicamente. No caso da Marinha, todos os caças A-4 estão inativos, metade da frota de guerra não pode ser utilizada, apenas pouco mais da metade das embarcações está à disposição, 3/5 dos submarinos estão parados. Entre outros problemas, o documento revela que a realidade da Marinha não condiz com os pronunciamentos oficiais, que defendem uma maior proteção na área do pré-sal, denominada Amazônia Azul. No caso do Exército, segundo dados do documento, metade de seus helicópteros estão inoperantes no momento e 40% dos blindados não estão na ativa. Quanto à Aeronáutica, somente 72 dos 219 caças estão à disposição para operarem, 59 dos 81 helicópteros estão impossibilitados de decolarem, e essas estatísticas permanecem vigentes para outros tipos de

aeronaves. De acordo com o jornal, a situação chegou ao ponto do comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, ordenar a diminuição de 25 mil horas de vôo dos pilotos em 2011. Esse número representa um decréscimo de 15% comparado aos três anos anteriores. Ainda na Força Aérea Brasileira (FAB), todas as baterias antiaéreas no Brasil estão inativas. O documento endereçado à presidência da República, após descrever este cenário desfavorável, solicita investimentos no setor. O *Estado* publicou que Celso Amorim, ministro da Defesa, criticou a falta de recursos para as Forças Armadas e solicitou ajuda aos parlamentares a fim de galgar maiores investimentos. Amorim atentou para o fato de o Brasil ser um dos países emergentes que menos investe em defesa, ao repassar apenas 1,39% do Produto Interno Bruto (PIB) para a esta área. Em decorrência dessa falta de investimentos, surge outra dificuldade: a saída de militares das Forças. No exemplo dos pilotos da FAB, criticam a questão salarial e são vislumbrados pelas empresas aéreas civis. Além disso, Amorim alertou que também há evasão no Exército e Marinha. O ministro ainda destacou a ausência de um prazo determinado para incrementar o salário nas Forças Armadas. Como uma resposta ao documento produzido pelos comandos militares, e a fim de reduzir as tensões, Rousseff desbloqueou R\$ 2,2 bilhões dos R\$ 4 bilhões referentes aos cortes orçamentários empreendidos no início de 2011. Essa medida agradou os militares, segundo Amorim. Alguns projetos, considerados prioritários não sofreram cortes. Segundo o *Estado*, a partir de 2007, apoiado pela Estratégia Nacional de Defesa (END), os investimentos no setor de defesa aumentaram em 140%, chegando às estimativas de R\$ 12,9 bilhões em 2011 e R\$ 14,4 bilhões em 2012, mas isso não transformou o atual cenário das Forças Armadas, pois muitos recursos não foram repassados. A expectativa é que em 2012 a situação melhore, haja vista, por exemplo, a necessidade, por parte da FAB, em adquirir novas caças, pois em 2014 a frota atual não mais estará em condições de uso. No dia 23/11/11, O *Estado* informou que, ao comentar o documento produzido pelos comandos militares, o ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou que o governo federal está atento ao problema do sucateamento das Forças Armadas, justificando que faltam recursos para todas as áreas e que seria preciso reduzir a taxa de juros para que haja recursos suficientes para reequipar o setor. Ademais, em editorial, o *Estado* indicou que, além da intermitência da liberação das verbas, tem-se a questão do uso de cerca de 80% do orçamento de defesa para gastos com o pessoal, ou seja, pagamento de salários e pensões; estas últimas, segundo o *Estado*, consomem 75% dessa parcela orçamentária com militares inativos e pensionistas. Nesse sentido, de acordo com o editorial, parece inexistir um interesse dos políticos em discutir os problemas estruturais das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/11/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/11/11; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 24/11/11)

6- TRF prescreve possíveis crimes de tortura ocorridos no regime militar

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região extinguiu o inquérito movido pelo Ministério Público Federal (MPF), que solicitava o julgamento de possíveis torturadores da Operação Bandeirante (Oban), no decorrer do regime militar (1964-1985). Entre os acusados, estava o tenente-coronel Maurício Lopes Lima, que entre outras ações desse tipo, foi apontado como torturador de Dilma Rousseff, presidente da República. Além dele, foram indiciados mais três militares: Innocencio Beltrão, João Thomaz e Homero Machado. De acordo com o juiz federal Santoro Facchini, essas supostas ações foram prescritas, por isso

ele votou pelo fim do processo, juntamente com os outros magistrados. Facchini ainda afirmou que o Brasil possui um processo legislativo diferente de acordos internacionais, pois apenas em 2002 legitimou o papel decisório da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Além disso, o juiz destacou que os indícios “não indicam a ocorrência de tortura, como fato ocasional ou delimitado, mas, ao revés, revelam a sua prática, sistematizada e institucionalizada, contra parte da população, composta por opositores do governo militar instalado em 1964”. Por outro lado, o MPF caracteriza a tortura como um ato contra a humanidade e imprescritível. A partir dessa decisão, a Procuradoria Regional da República em São Paulo apelará para um novo julgamento. (Correio Braziliense – Política – 22/11/11)

7- Plano Estratégico de Fronteiras não mostra avanços

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o Plano Estratégico de Fronteiras não avançou devido à falta de direcionamento de recursos pelo governo federal. O Plano foi colocado sob o controle do vice-presidente da República, Michel Temer, e prevê o reforço da operação Sentinela, coordenada pela Polícia Federal (PF), e da Operação Ágata, realizada pelas Forças Armadas sob o comando do Ministério da Defesa. De acordo com o jornal, com orçamento inicial de R\$ 200 milhões, que deveriam ser liberados este ano, o plano prevê a instalação de 14 Veículos Aéreos Não Tripuláveis (Vants) até 2014 e ampliação de 21 para 49 no número de postos de fronteira. Com poucos recursos financeiros, até o momento nenhum posto novo começou a ser construído e apenas um Vant entrou em operação. O *Estado* informou ainda que, apesar de ser considerado prioritário, o projeto de vigilância das fronteiras na Amazônia também não tem apresentado resultados. O Exército pretendia investir pelo menos R\$ 1 bilhão para acelerar a implementação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (Sisfron). No entanto, o orçamento enviado ao Congresso prevê o emprego de apenas R\$ 105,5 milhões. Na avaliação do jornal, o corte tem como consequência imediata o atraso na instalação de radares e sensores na região, previstas no projeto, que facilitaria, por exemplo, a detecção de ameaças ao país, de traficantes a narcoguerrilheiros. Isto é considerado pelos militares mais um sintoma do sucateamento provocado por cortes orçamentários. O *Estado* informou que o Ministério da Defesa tem negociado com o Ministério do Planejamento a ampliação dos R\$ 105,5 milhões previstos para, pelo menos, R\$ 500 milhões. O assessor especial do Ministério da Defesa, José Genoíno, alegou que "as coisas na área de defesa não acontecem de uma vez só", e que "o importante é que todos os projetos importantes estão em andamento, devagar, mas caminhando". Os militares alocados na região amazônica destacam que a presença deve ser permanente, além de lamentarem que na maior parte da Amazônia apenas o Exército tenha presença efetiva. De acordo com o *Estado*, o plano de transferência de militares para a região amazônica também não está obedecendo ao cronograma estabelecido. O Comando Militar da Amazônia previa contar, no curto prazo, com pelo menos 35 mil homens na região, mas, no momento, o Exército possui apenas 26,6 mil militares. Ademais, segundo o *Estado*, no dia 23/11/11, em resposta a protestos de polícias federais, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que os investimentos no Plano Estratégico de Fronteiras continuarão em 2012, incluindo a ampliação de efetivos, a melhoria nas instalações físicas e o pagamento de gratificações. Cardozo também apontou que as fronteiras são um ponto de relevância para a segurança nacional e que, portanto, o governo zelará por elas. Entretanto, segundo editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 24/11/11, o

Brasil corre o risco de se tornar uma nação vulnerável, uma vez que governo nacional não vem cumprindo adequadamente seu papel de defender o território e a população. Dentre as causas estão o sucateamento das Forças Armadas, o que as impedem de cumprir sua missão constitucional, a porosidade das fronteiras secas, a decisão governamental de cortar verbas direcionadas a segurança destas, levando o Estado e suas instituições a se ausentarem destas regiões. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/11/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/11/11; O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – 25/11/11)

8- Desvio de materiais do almoxarifado do Ministério da Defesa chega a R\$ 4,5 milhões

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, cinco militares e dois civis estão sendo investigados pelo desvio de materiais do almoxarifado do Ministério da Defesa. Segundo o jornal, estima-se que o desfalque seja de R\$ 4,5 milhões, correspondente ao desvio de diferentes objetos do estoque, como cartuchos para impressoras, copos e guardanapos. O ministro da Defesa, Celso Amorim, encaminhou o resultado da sindicância à Controladoria-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/11/11)

9- Embraer pode fechar acordo com Força Aérea estadunidense

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Embraer Defesa e Segurança negocia um acordo com a Força Aérea dos Estados Unidos para o fornecimento de até 20 aeronaves modelo Super Tucano. Na licitação para o programa Light Attack Air Support (LAS), a empresa brasileira tornou-se concorrente única após a exclusão da empresa estadunidense Hawker Beechcraft do processo. A seu favor, a Embraer Defesa e Segurança tem uma parceria com a corporação Sierra Nevada, para produção do Super Tucano em Jacksonville, Flórida. Porém, a empresa brasileira está sendo investigada por possível descumprimento de leis contra a prática de corrupção no exterior. A decisão final sobre a compra dos caças cabe ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e estima-se que seja anunciada no início de 2012. Ainda de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 25/11/11, a empresa Hawker Beechcraft pretende rever a decisão que a retirou da concorrência para a venda das aeronaves. Junto ao pedido de revisão irá também o lobby político do estado do Kansas e mais outros 19 estados estadunidenses envolvidos na fabricação de sua aeronave, sob argumento que 1,4 mil empregos serão transferidos para o Brasil. Na tentativa da Hawker Beechcraft de rever a decisão, a empresa também está direcionando uma série de ataques ao Brasil por meio da divulgação de informações como um artigo publicado pelo site de notícias Redstate, sobre as relações do Brasil e o Irã das quais decorreram a aquisição de aviões Tucano, da Embraer, pelas forças de segurança iraniana, e ainda a aproximação do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva com o Irã no campo nuclear. A venda de 20 aeronaves para a Força Aérea estadunidense representaria para a Embraer o início de um negócio que pode chegar a US\$ 950 bilhões, pois deve ser incluído no contrato a aquisição de mais 30 aeronaves, segundo o jornal americano *The Wichita Eagle*. De acordo com o colunista Roberto Godoy, do *Estado*, o governo brasileiro precisa ajudar a Embraer Defesa e Segurança para que esta tenha a chance de receber o contrato da venda dos Super Tucano, pois além do valor que está envolvido, o produto brasileiro receberia a

chancela do Pentágono. Segundo Godoy, a discussão sobre o tema tem duas vertentes. A primeira exige que as aeronaves sejam feitas em solo americano, e neste caso o local seria o estado americano da Flórida, onde a Embraer tem um centro industrial. A segunda é a licitação do programa F-X2, da Força Aérea Brasileira (FAB), para a aquisição de 36 caças avançados e que tem como finalistas as empresas estadunidense Boeing, a sueca Gripen e a francesa Dassault. Apesar da qualidade do produto ofertado pela Boeing, esta esbarra na transferência de tecnologia, o que é fundamental para a decisão da FAB. (O Estado de S. Paulo – Negócios – 24/11/11; O Estado de S. Paulo – Negócios – 25/11/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES).